



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

ISMÊNIA LARICE CRUZ DE BRITO

COMITÊ DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DA UFPB:

AS AÇÕES ENTRE 2013 A 2017

AREIA, PB

2019

ISMÊNIA LARICE CRUZ DE BRITO

COMITÊ DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DA UFPB:

AS AÇÕES ENTRE 2013 A 2017

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal da
Paraíba, como requisito para a obtenção
do título de Licenciatura em Ciências
Biológicas.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Ana Cristina Silva Daxenberger

AREIA, PB

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B862c Brito, Ismenia Larice Cruz de.

Comitê de inclusão e acessibilidade da ufpb: as ações entre 2013 a 2017 / Ismenia Larice Cruz de Brito. - Areia, 2019.
38 f. : il.

Orientação: Ana Cristina Silva Daxenberger.
Monografia (Graduação) - UFPB/Campus II.

1. Pessoa com deficiência. 2. Inclusão Universitária. 3. Acessibilidade. I. Daxenberger, Ana Cristina Silva. II. Título.

UFPB/CCA-AREIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

ISMÊNIA LARICE CRUZ DE BRITO


COMITÊ DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DA UFPB:

AS AÇÕES ENTRE 2013 A 2017

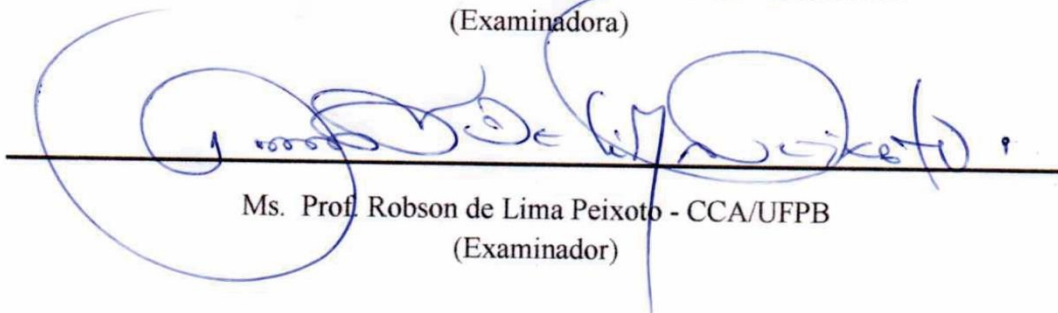
Em, 22/ outubro / 2019, a monografia supracitada, foi defendida e aprovada pela seguinte banca:



Profª.Drª. Ana Cristina Silva Daxenberger – CCA/UFPB
(Orientadora)



Ms. Maria das Mercês Serafim dos Santos Neta - CCA/UFPB
(Examinadora)



Ms. Prof. Robson de Lima Peixoto - CCA/UFPB
(Examinador)

AREIA, PB

2019

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meus filhos Lucas Gabriel, Ester Sophia, Sara Beatriz, ao meu esposo Carlos Adriano, aos meus pais Bel e Brito, pessoas especiais em minha vida, por toda compreensão e apoio nesta trajetória, saibam que vocês foram um dos motivos para eu ter seguido, por isso dedico a vocês essa conquista.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por me dar forças para seguir em frente e poder concluir este curso.

Agradeço a minha família, pelo apoio, principalmente o meu esposo e os meus pais que me ajudaram cuidando dos meus queridos filhos, nos momentos em que precisei ficar ausente.

Agradeço aos meus colegas de turma, em especial a Ana Carla, Adriana e Gysleynne por sempre estarem dispostas em me ajudar. A coordenação, A Delza e Eduardo, por sempre estarem dispostos a ajudar no que fosse preciso.

Agradeço a todos os professores que fizeram parte da minha vida acadêmica, em especial a minha professora e orientadora Ana Cristina Silva Daxenberger, por toda ajuda e paciência para a conclusão deste trabalho.

Agradeço a UFPB, pelo oferecimento do curso de Ciências Biológicas.

Enfim, agradeço a todos que de forma direta ou indireta fizeram parte desta etapa da minha vida.

“Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo propósito debaixo do céu.”

Eclesiastes 3,1.

BRITO, Ismênia Larice Cruz de. **COMITÊ DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DA UFPB: AS AÇÕES ENTRE 2013 A 2017.** .Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Cristina Silva Daxenberger.

RESUMO: As políticas de inclusão social ganharam destaque em meados da década de 1990, quando foi criado documentos que tratam das políticas de educação. O presente artigo tem por objetivo apresentar como está se consolidando as ações do Comitê de Inclusão e Acessibilidade, da Universidade Federal de Paraíba (UFPB), desde sua implantação em 2013 até 2017. A pesquisa tem caráter descritivo, com a utilização de estudo documental e bibliográfico; utilizando-se de fonte primárias e secundárias, como resoluções, documentos oficiais, visita às páginas institucionais, relatório de atividades e dados estatísticos. Os dados mostram que UFPB tem apresentado significativo crescimento no número de atendimento aos universitários com necessidades educacionais especiais, promovendo o atendimento por meio de suas subseções, em diferentes campi, com orientações à comunidade acadêmica, atendimento educacional especializado, adaptações de acesso ao currículo profissional. Todavia ainda, em frente muitos desafios quanto aos aspectos arquitetônicos/acessibilidade.

Palavras chaves: Pessoa com Deficiência, Inclusão universitária, Acessibilidade.

ABSTRACT: Social inclusion policies gained prominence in the mid-1990s, when documents dealing with education policies were created. This article aims to present how the actions of the Inclusion and Accessibility Committee of the Federal University of Paraíba (UFPB) are being consolidated, since its implementation in 2013 until 2017. The research has descriptive character, with the use of documentary and bibliographical study; using primary and secondary sources such as resolutions, official documents, visiting institutional pages, activity reports and statistical data. The data show that UFPB has shown a significant increase in the number of attendance to university students with special educational needs, promoting the attendance through its sub-headquarters, in different campuses, with orientations to the academic community, specialized educational attendance, and adaptations of access to the curriculum professional. However, still facing many challenges regarding the architectural aspects/accessibility.

Keywords: People with Disabilities, University Inclusion, Accessibility.

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CIA	Comitê de Inclusão e Acessibilidade
CONSUNI	Conselho Superior Universitário
EA	Estudante Apoiador
GT	Grupo de Trabalho
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
LACESSE	Laboratório de Acessibilidade do Departamento de Arquitetura
LAVITA	Laboratório de Tecnologia Assistiva do Departamento de Terapia Ocupacional
LBI	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NEDESP	Núcleo de Educação Especial Pertencendo ao Centro de Educação
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
ONGS	Organização Não Governamental
PAAED	Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEA	Programa Estudante Apoiador
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PRAP	Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante
PROUNI	Programa do Ministério da Educação

SEESP	Secretaria de Educação Especial
SESU	Secretarias de Educação Superior
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1.METODOLOGIA DA PESQUISA.....	14
2.DESENVOLVIMENTO.....	14
2.1.Inclusão universitária para pessoas com deficiência: normativas legais.....	14
3. PENSANDO EM IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NA UFPB.....	19
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	22
5. AS AÇÕES DOS GT DO CIA.....	27
5.1. As Ações do GT de Acessibilidade Pedagógica	27
5.2. As Ações do GT de Acessibilidade Arquitetônico.....	29
5.3. As Ações do Grupo de Trabalho de Comunicação	30
5.4. As ações do Grupo de Trabalho de Acessibilidade Atitudinal	31
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	34

INTRODUÇÃO

Refletir sobre inclusão universitária (especificamente para pessoas com deficiências ou necessidades educacionais especiais – NEE) exige fazermos o esforço de compreender que as Políticas de Inclusão Social, no Brasil, ganharam força e destaque a partir das Políticas de Educação, na década de 90. O Brasil por ser um país signatário de vários documentos internacionais como por exemplo, (DECLARAÇÃO MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990; DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994; DECLARAÇÃO DA GUATEMALA, 1999), nas quais o país se comprometeu em construir e executar políticas de inclusão para pessoas com NEE.

Até a criação destes documentos, o número de pessoas com NEE em universidades públicas, era insignificante (Brasil, 1990), devido as dificuldades e a permanência nos cursos de graduação. A partir de 2001 a 2006, o número de pessoas com deficiência matriculados nas universidades em todo país subiu consideravelmente, de 5.540 para 13.270, respectivamente, e em 2017 para 39.855 (Censo Universitário, INEP, 2017). Os dados do censo do Ministério de Educação (MEC, 2017), mostram que o número de matrículas de pessoas com deficiências ou NEE cresceu mais nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas do que nas públicas, sendo respectivamente, 25.197 e 14.658, totalizando 39.855. Este índice é somente 0,0048% da população universitária, que estava matriculada em 2017, sendo 8.286.663 de estudantes universitários. Mesmo tendo, o Brasil, mais de 45, 6 milhões de brasileiros que possuem algum tipo de deficiência (IBGE, Censo, 2010), podemos afirmar que entrar na universidade ainda está distante da realidade para muitas destas pessoas, principalmente, nas universidades públicas.

Após cinco anos de publicação da Lei 12.711/12 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, ainda tem um baixo índice de pessoas com deficiência ou NEE. Isto se deu principalmente, porque esta legislação considerava o princípio básico de cota como está previsto no art. 1 e parágrafo único, sem especificar condições especiais para as pessoas com deficiência. Assim está escrito:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Somente em 2016, a Lei 12.711/12 foi alterada pela Lei 13.409/2016 em que retificou o art. 3º. Assim, agora, está escrito:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (grifo nosso)

Com estas alterações, muitas IES públicas tiveram que adequar seu plano de cota para entrada, garantindo o direito das pessoas com NEE o acesso à universidade. Mas, materializar uma política de inclusão universitária para pessoas com deficiência e/ou NEE não é somente garantir a matrícula do indivíduo, como também a sua permanência. Isto exige esforços administrativos e pedagógicos de cada IES pública, para que os ingressantes se sintam pertencidos à comunidade acadêmica e possam permanecer na universidade até a sua conclusão de curso de graduação. Neste sentido, as universidades públicas precisam se readequar em três aspectos básicos: arquitetônico, pedagógico e atitudinal. Como Sassaki (2005) afirma:

ser uma sociedade inclusiva exige mudanças significativas para que o cidadão possam exercer seus direitos em todos os segmentos sociais (lazer, trabalho, educação, saúde, religioso etc.).(SASSAKI, 2005, p.6)

E como traz a Resolução da ONU (78/95) as sociedades inclusivas são aquelas que se adaptam para que seus membros possam exercer seus direitos e tenham melhores qualidade de vida; sendo assim, pensar em inclusão social é pensar que há necessidade de adaptações na sociedade e nos indivíduos, pois a sociedade é feita pelos seus membros que precisarão mudar o pensamento quanto às pessoas com deficiência e/ou NEE.

Esta população é composta por sujeitos de direitos assim como os demais, e garantir o acesso à igualdade de oportunidades não é privilégio, significa materialização de direito. Considerando isto, este artigo tem por objetivo apresentar, a partir de um estudo documental e bibliográfico, como a Universidade Federal da Paraíba está implantando a sua política de inclusão às pessoas com deficiência e/ou NEE, por meio de seu Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), a partir de 2013 até 2017. Este recorte se dá por ser o período em que encontramos os primeiros anos de implantação da Lei 12.711/12 e 13.409/16, além de ser o período de criação do CIA e os dados mais atuais do censo universitário disponibilizado no site do Mec.

Objetivo geral:

- ✓ Compreender como a Universidade Federal da Paraíba está implantando a sua política de inclusão às pessoas com deficiência e/ou NEE, por meio das ações do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), a partir de 2013 até 2017.

Objetivos específicos:

- ✓ Identificar quais são as ações do CIA para o atendimento das necessidades especiais dos estudantes com NEE;
- ✓ Avaliar o número de matriculados e atendimentos de estudantes com NEE;
- ✓ Compreender como estão sendo as ações dos grupos de trabalho (GT) do CIA responsáveis pelas ações de superação das barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais.

1. METODOLOGIA DA PESQUISA

O método da pesquisa utilizado é do tipo descritivo e qualitativo. A pesquisa foi desenvolvida a partir de análise documental dos relatórios disponíveis no site do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no período de 2013 à 2017.

Os conceitos analisados foram feitos através da análise bibliográfica a partir das leituras de resoluções, leis, decretos, portarias, relatórios de atividades, do livro *Inclusão do discurso às práticas educacionais*, autoria de Ana Cristina Silva Daxenberger e Andreza Aparecida Polia e outros autores (2018).

Para este trabalho foram utilizados os relatórios dos Grupos de Trabalho; que são: 3 relatórios do Grupo de Trabalho Pedagógico, 2 relatórios do GT Arquitetônico e 1 de Comunicação, não foram encontrados relatórios do GT Atitudinal para que pudéssemos descrever, isto não significa que não houve as ações, todos os relatórios estão disponíveis no site do CIA. Além dos relatórios, foram utilizados documentos oficiais do CIA, também disponíveis na página do CIA e dados estatísticos presentes nos relatórios do CIA.

Os dados foram organizados em Descrição das ações do CIA e análise dos dados estatísticos, sendo o segundo tópico a análise sobre os relatórios dos GTs supracitados. A descrição das funções de cada GT é feita no item ações do CIA.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Inclusão universitária para pessoas com deficiência: normativas legais

Em meados da década de 1990, a educação foi marcada por profundas mudanças pedagógicas. As pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especializadas (NEE) eram vistas pela sociedade como excluídas e privadas de oportunidades. No entanto, foram criadas leis para garantir a essas pessoas as mesmas condições de igualdade e oportunidades perante a sociedade. Dentre essas leis podemos mencionar a Constituição Federal de 1988, que traz em seu artigo 5º que todos são iguais sem distinção de qualquer natureza.

Outro acontecimento importante aconteceu em 1994, na Conferência Mundial de Educação Especial que foi a Declaração de Salamanca, ocorrido na Espanha. Através deste documento que trata da educação especial, como também do direito a uma educação igualitária para todos os indivíduos da sociedade, abordando discussões sobre a acessibilidade. Partindo deste princípio, os sistemas educacionais devem aprimorar as instituições para melhor atender a todos com NEE em seu processo de aprendizagem.

Essa proposta passa a valorizar a singularidade e não as dificuldades, repudiando o termo deficiência e passando a utilizar uma nova terminologia: Necessidades Educacionais Especiais, como diz Leite e Martins (2012), esse documento teve um teor fundamental no que se refere à acessibilidade à educação, abolindo barreiras e ações discriminatórias.

As mudanças nas políticas públicas referente à escolarização podem ser consideradas a partir da Lei nº 9.394/1996, que normatiza as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no capítulo V que é dedicado à Educação Especial. As políticas públicas educacionais têm como objetivo ajudar na melhoria e qualidade de ensino. Para isto, é necessário oferecer aos educandos com NEE um atendimento educacional em todos os níveis de ensino. Quanto à acessibilidade para o Ensino Superior, sugeridas modificações no edital, de entrada garantindo aos candidatos condições de realizar a prova.

Diante dessa realidade, foi baixada a Portaria nº 1.679/1999 (1999). Nessa portaria estão estabelecidas as condições tanto em relação ao espaço físico (adaptações de edificações, mobilidade, instrumentos urbanos e de espaços) e aos recursos materiais (adaptados a cada deficiência, exemplo: máquina *Braille*, eliminação de barreiras arquitetônicas, softwares específicos, entre outros) quanto aos recursos humanos (exemplo: intérprete de língua de sinais/língua portuguesa). No ano de 2003, na Portaria nº 3.284, menciona a criação de cargos que ofereçam suporte a esses alunos, podendo, assim, o intérprete de Língua de Sinais ser regulamentado nas Instituições de Ensino Superior (Portaria nº 3.284, 2003).

Outro decreto importante foi o nº 5.296/2004, no qual se passa a exigir que as instituições de ensino cumpram algumas determinações de acessibilidade para poder conseguir a autorização de abertura e funcionamento, como também para renovação de cursos. Para isso, as normas referentes à acessibilidade arquitetônica,

comunicacional e urbanística; que professores, funcionários e alunos com deficiência possam exercer suas atividades nas mesmas condições que os demais; e que seja coibida e reprimida qualquer ação discriminatória com relação a essas pessoas (Decreto nº 5.296, 2004).

Esse decreto (5.296/2004), por sua vez, apresenta uma nova forma de conceber a Educação, ou seja, não há mais espaço para as instituições que não forem inclusivas. Os estabelecimentos de ensino precisam adequar-se a essa nova realidade. As demandas relacionadas ao atendimento de alunos com deficiência e/ou com NEE na Educação Superior foram ampliando-se no decorrer dos anos. Diante dessa realidade, o Ministério da Educação (MEC), em parceria com as Secretarias de Educação Superior (SESU) e da Secretaria de Educação Especial (SEESP), por meio do Edital nº 4/2008, buscou propostas junto às Instituições de Educação Superior que viabilizassem a implantação por sua vez, no qual tinha objetivos definidos na perspectiva da educação inclusiva na educação superior; são estes os objetivos:

- a) Promover ações que garantam o acesso e a permanência dos universitários;
- b) Fomentar a criação e/ou instituições federais de Ensino Superior;
- c) Promover a eliminação de barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações (Brasil, 2008, p.39)

Assim a criança e ao adolescente pode frequentar a escola e essa se adaptar a necessidade de cada aluno da Educação (MEC) nº 1.793, recomenda a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos éticos, políticos e educacionais da normalização e integração da pessoa com deficiência e/ou com necessidades especiais nos currículos de formação de docentes. Por meio dessa portaria as escolas devem adaptar seu currículo de acordo com a necessidade de seus alunos como afirma a Lei nº 9.394, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que estabelece e regulamenta o ensino na rede pública ou privada desde a educação básica até o ensino superior. Esta lei é uma das mais importantes quando se trata da educação. A Educação especial pode ser definida como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino.

As diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica foram instituídas em 2001, com a Resolução CNE/CEB nº 2. Desta forma todos os alunos com NEE devem ser matriculados e assegurados de condições que garantam uma educação de qualidade em todos os sistemas de ensino. A partir dessa resolução as escolas que se

negarem a matricular alunos com NEE sofrem penalidades perante a lei. Também devemos ressaltar a importância da formação dos professores nas diferentes etapas da educação dos alunos com NEE, como trata o Parecer CNE/CP nº9, pois é de fundamental importância a integração desses alunos nos sistemas de ensino. Em nível superior os cursos de licenciaturas possuem matérias específicas para educação especial e aos professores já formandos cabe ao Estado fornecer formação específica aos professores para que esses possam se adaptar as necessidades de seus alunos.

Como está escrito no Parecer CNE/CEB nº 17, no qual se destaca por sua abrangência, desde a educação básica, como por se basear em diversos documentos sobre educação especial. Incluir os alunos com NEE aos demais educandos representa a ousadia de rever concepções e paradigmas. Como está previsto no item 4 do Parecer CNE/CEB nº17, bem como de desenvolver o potencial dessas pessoas, as escolas tem que atrair esses alunos com atividades que lhe chamem a atenção para que esses alunos continuem na sala de aula e além disso aprendam. Podemos ressaltar a importância nos sistemas de ensino sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), como dispõe a Lei nº 10.436.

O aluno surdo tem direito a um intérprete dentro da sala de aula seja no nível básico ao nível superior. O Decreto nº 5.626: regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, então a partir desse decreto fica obrigatório as escolas do ensino regular inserir as duas línguas no ensino regular, isso ajuda para que o aluno surdo possa entender que ele tem autonomia para atuar na sociedade.

Para os alunos cegos foi aprovado o projeto da grafia *Braille* para a língua portuguesa, conforme previsto pela Portaria do MEC nº 2.678, podendo ser utilizado em todo território nacional e em todas modalidades de ensino. Assim os alunos cegos tem direito ao sistema *Braille* nas escolas regular de ensino. O sistema *Braille* trouxe para a pessoa cega um mundo de oportunidades, possibilitando a profissionalização e a dependência dessas pessoas. Mas para uma boa leitura através do *Braille* a pessoa com deficiência visual deve ser incentivada desde criança. Pessoas com deficiência podem concorrer a bolsas integrais de estudo em instituições privadas do ensino superior através do PROUNI (Programa do Ministério da Educação); Programa

Incluir, onde as pessoas com deficiência têm garantia de acesso aos IFES (Instituições Federais de Ensino Superior). O principal objetivo desse programa é garantir a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, buscando eliminar barreiras pedagógicas, comunicacionais, arquitetônicas e atitudinais. É recomendada pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, como também a implantação de salas com recursos multifuncionais e uma preparação para os docentes para o atendimento educacional especializado. Assim a cada tipo de necessidade de seus alunos, promovendo a equidade.

O Decreto nº 6.094 implementa o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que destaca a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos para fortalecer a inclusão educacional nas escolas públicas. O PDE veio para ajudar numa escolarização territorial igualadora para o país, diminuindo assim a desigualdade social que existe principalmente na educação. O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Plano viver sem limite): no art. 3º, estabelece a garantia de um sistema educacional inclusivo como uma das diretrizes. Este plano baseia-se em quatro eixos, são eles: educação, inclusão social, acessibilidade e atenção à saúde. Este Plano assegura que as pessoas com deficiência tenham todos os seus direitos respeitados principalmente a educação de qualidade assim fazendo a equidade em todas as entidades. É dever do Estado, garantir um sistema de educação inclusivo em todos os níveis e em igualdade de oportunidades para pessoas com NEE, como está escrito no Decreto nº 7.611. Com isso o Estado tem que promover ações que ajudem os docentes a realizarem uma adaptação escolar para que o aluno com deficiência e/ou com NEE possa usufruir seus direitos e deveres como qualquer outro na sala de aula.

Quanto à avaliação dos estudantes com deficiência intelectual o MEC/SEESP/GAB nº06 estabelece que é de responsabilidade do professor o atendimento educacional especializado identificar as necessidades educacionais de cada aluno em sala de aula, para poder avaliar, definir e organizar as estratégias pedagógicas que contribuam melhor no processo de aprendizagem de cada estudante, juntamente com os demais da sala de aula. Por isso, é importante a interlocução dos professores do AEE e da sala regular. A escola que deve se adaptar aos seus alunos promovendo meios de ensino que a ajude seus alunos na aprendizagem diária, as salas do AEE são

um meio de apoio aos alunos com deficiência porque através delas o professor pode explorar em que aspectos seu aluno está com maior dificuldade e assim ajudá-lo a superar suas dificuldades.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) nº 13.146, dispõe do direito e da educação inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino, como também o acesso e a permanência, por meio de serviços ofertados e de recursos de acessibilidade. O AEE também está contemplado, entre outras medidas.

A Lei nº 13.409: dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das IFES. As pessoas com deficiência serão incluídas no programa de cotas de instituições federais de educação superior, onde contempla estudantes vindos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas. Este cálculo da cota é feito baseado na proporcionalidade em relação à população, segundo o censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3. PENSANDO EM IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NA UFPB

A UFPB já tinha estudantes com deficiência e/ou necessidades especiais matriculados em diferentes cursos de graduação antes da criação do CIA. Todavia, somente a partir de 2011, a Pró Reitoria de Assistência Estudantil (PRAPE), por meio de uma convocatória aos professores e comunidade acadêmica é que se criou um grupo para discutir as novas ações a serem realizadas pela PRAPE para atendimento aos membros da UFPB dos três segmentos que tinham alguma necessidade especial: professores, servidores técnicos e estudantes. Este grupo foi intitulado como Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA). As ações anteriores a 2011 eram feitas pelo Comporta. Polia assim explica:

“era um serviço vinculado à PRAPE e atuava com algumas representações, dentre elas, o Nedesp (Núcleo de Educação Especial pertencendo ao Centro de Educação), o Setor de Braille, da Biblioteca Central, e o Centro Suvag, de João Pessoa, que prestava atendimento à população surda (POLIA, 2018, p. 17).

O CIA foi criado oficialmente em novembro de 2013, por meio da Portaria nº 34, pelo Conselho Superior Universitário (CONSUNI), pois após o Decreto 7.234, de

julho, de 2010, em que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), A UFPB precisou criar a PRAPE para atender as demandas de assistência estudantil, entre elas, o atendimento educacional estudantil. Assim, a necessidade de se efetivar e implantar uma política de inclusão universitária na UFPB se fazia cada vez mais presente no cenário acadêmico.

Até a criação oficial do CIA, várias foram as reuniões do grupo composto por representantes dos diferentes segmentos e necessidades especiais (deficiências visual, auditiva, intelectual, física e outras, além de profissionais envolvidos com inclusão social/escolar) para se discutir as normativas e a organização do CIA. Até a Resolução 34/2013 do CONSUNI ser editada, várias foram as discussões e alterações na sua escrita para melhor atender o público ao qual o CIA se presta a servir. E como está descrito na própria resolução, nada se decide sobre e para as pessoas com deficiência sem a participação dos mesmos, por isto é garantida a representativa de todos os segmentos e representantes de diferentes grupos de pessoas com NEE.

Assim está descrito sobre as representatividades no CIA, conforme art. 2º da Resolução 34/2013 (CONSUNI/UFPB):

I. Representante da Pró-Reitoria de Graduação;II. Representante da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários;III. Representante da Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante;IV. Representante dos discentes da UFPB;V. Representante dos servidores técnico-administrativos da UFPB;VI. Representante dos docentes da UFPB;VII. Representante da comunidade universitária com deficiência visual;VIII. Representante da comunidade universitária com deficiência auditiva;IX. Representante da comunidade universitária com deficiência físico-motora;X. Representante da comunidade universitária com deficiência intelectual;XI. Representante da comunidade universitária com altas habilidades;XII. Representante da comunidade universitária com transtornos globais de desenvolvimento;XIII. Representante da Prefeitura Universitária;XIV. Representante do Núcleo de Educação Especial (Nedesp);XV. Um Representante do Laboratório de Tecnologia Assistiva (Departamento de Terapia Ocupacional/Centro de Ciências da Saúde);XVI. Representante do Laboratório de Acessibilidade (Departamento de Arquitetura/Centro de Tecnologia);XVII. Representante do Setor Braille da Biblioteca Central;XVIII. Representante de Projetos Inclusivos do Campus I da UFPB;XIX. Representante de Projetos Inclusivos do Campus II da UFPB em Areia;XX. Representante de Projetos Inclusivos do Campus III da UFPB em Bananeiras;XXI. Representante de Projetos Inclusivos do Campus IV da UFPB no Litoral Norte;XXII. Representante de Projetos Inclusivos do Campus V (Mangabeira).

Ao CIA compete, conforme art. 5, da Resolução 34/2013:

I- Garantir que os processos seletivos da UFPB sejam acessíveis desde a elaboração dos editais até a sua conclusão;II- Desenvolver ações junto a

PROGEP a fim de promover cursos de capacitação para tornar a comunidade acadêmica cada vez mais inclusiva;III- Apoiar e Orientar as Coordenações de Curso de qualquer unidade acadêmica para identificar, acompanhar e desenvolver ações a fim de suprir as demandas dos discentes com deficiência nos cursos de graduação e pós-graduação;IV- Implementar soluções para a eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação visando à melhoria da qualidade do atendimento educacional oferecido pela instituição e para garantir a acessibilidade em todos os âmbitos; V- Criar e Manter canal de comunicação para identificar as demandas individuais da comunidade acadêmica possibilitando soluções a essas dificuldades; VI- Construir agenda de prioridade e elaboração de projetos com metas de execução anual, para a eliminação das barreiras arquitetônicas da UFPB em seus diversos campi; VII- Incentivar à realização de estudos e pesquisas que objetivem identificar ou atender a comunidade acadêmica com deficiência, mapeamento da produção acadêmica relacionada a essas necessidades e incentivo a produção de novas pesquisas que venham a suprir as demandas levantadas; VIII- Estimular o desenvolvimento de projetos de extensão na área de acessibilidade para atender às políticas de inclusão; IX- Identificar linhas de financiamento e agências financiadoras nacionais e internacionais para fortalecer a implantação, o desenvolvimento e a consolidação da política de inclusão e acessibilidade do estudante com deficiência; X- Disponibilizar para a comunidade acadêmica e para o público em geral dos documentos que constituem o marco político-legal-inclusivo que fundamentam a Política de Inclusão e Acessibilidade do estudante com deficiência da UFPB;XI- Incentivar à oferta de cursos de extensão e especialização presenciais e à distância, de forma que tanto a política de acessibilidade, como o apoio ao desenvolvimento de cultura, gestão e práticas inclusivas se materializem na sociedade paraibana em médio prazo.

Considerando o artigo 2º e 5º da Resolução 34/2013, percebemos que o CIA foi criado observando o atendimento no tocante às demandas da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), na qual o público a serem atendido pela educação especial centra-se às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento; superdotação/altas habilidades. Todavia, durante as duas primeiras gestões sobre a presidência da Profa. Ms. Andreza Polia, muitos estudantes com outras necessidades apresentaram-se ao CIA para o atendimento especial. Buscando ampliar o atendimento, os princípios do CIA foram estendidos para atender as necessidades especiais no tocante à acessibilidade, pedagógica e mudança de atitudes para com as pessoas com diferentes necessidades, além do Plano Nacional de Educação especial. Isto foi possível pela edição da Resolução 16/2015 (Consepe) que trata sobre a regulamentação dos cursos de graduação, e em seu capítulo I título XXVIII, intitulado “Dos estudantes com deficiência”, art. 268 ampliou o atendimento aos estudantes com outras necessidades (transtorno de déficit de atenção (TDAH); transtornos mentais de diferentes origens com implicações reais na aprendizagem, dislexia, discalculia).

Para garantir o atendimento às demandas de cada membro atendido pelo CIA foi organizado uma rede de apoio em todos os campi da UFPB, que receberam o nome de Subsede do CIA. Cada Subsede tem a responsabilidade de avaliar, identificar, planejar, dá formação e orientações aos professores e assim como os estudantes que participam do Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência (PAAED).

O PAAED o programa atendimento educacional às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, o qual se baseia nas prerrogativas da LDB n.º 9.394/96, especificamente nos artigos 58, 59 e 60 que prevê o atendimento educacional especializado para estudantes com deficiência nos diferentes níveis de ensino, além da Portaria 3.284, de 2003 que estabelece as condições básicas para a inclusão do aluno com deficiência no ensino superior e o Decreto-Lei nº 5.296, de 2004, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

Semestralmente, o CIA lança um edital para a efetivação do PAAED, no qual busca selecionar estudantes de diferentes cursos que queiram colaborar no apoio aos estudantes com deficiência. Para se inscrever no PAAED, o universitário precisa atender as normativas do PNAES, quanto ao enquadramento de baixas condições econômicas, com um primeiro dos itens de seleção inicial no processo de seleção do estudante apoiador. As etapas seguintes do processo são: a prova escrita que exige conhecimento básico sobre a deficiência em que o estudante apoiador se submete a auxiliar; a entrevista com a participação do estudante a ser apoiado para verificação de perfil do candidato, junto com um membro do CIA. Em cada etapa, o candidato recebe uma nota, a qual servirá para classificação e nomeação dos estudantes apoiador para as ações do CIA. Após a aprovação, todos os estudantes selecionados pelo CIA recebem formação inicial sobre as necessidades especiais, suas atribuições e aspectos legais sobre processo de inclusão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O PAAED apresenta importância social não somente no processo de inclusão da pessoa com deficiência na UFPB, mas também por contribuir na formação social, humana e profissional dos universitários que se comprometem a exercer as funções do

PAAED, ao exporem em situações que demandam novas posturas e atitudes quanto às pessoas com deficiência. Dentre as atribuições do estudante apoiador podemos apontar conforme estão previstas, nos diferentes editais do PAAED, desde sua criação: assumirão atividades junto aos estudantes com deficiência, respeitando-se as peculiaridades e necessidades educacionais de cada área de deficiência ou alteração decorrente de sequelas físico-motora, auditiva, visual e de transtornos funcionais específicos (TDAH). (Editais do PAAED para os anos letivos de 2014 até 2017). Preferencialmente, os estudantes apoiadores escolhidos são do mesmo curso do estudante com deficiência, mas caso não haja candidatos, o CIA identifica e redireciona outro estudante de curso compatível para que nenhum estudante que pede o apoio do CIA fique sem atendimento.

Dependendo da deficiência e da quantidade de disciplinas que o estudante com deficiência esteja matriculado, o mesmo pode ter de um a mais estudante apoiador. Cada estudante apoiador recebia uma bolsa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), no ano de 2017, o que equivale cerca de 109 dólares americanos. Desde a implantação da Política de Inclusão da UFPB, os índices de estudantes com deficiência têm aumentado e o atendimento as suas demandas também. Polia (2017) afirma que em 2011, antes da criação do CIA, a UFPB tinha registra o atendimento incipiente de 11 estudantes apoiadores assistido somente 22 estudantes com deficiência; em 2017, já com a consolidação do PAAED, o CIA tinha registrado 688 estudantes com deficiência matriculados, sendo 180 estudantes apoiadores. Vale dizer que nem todos os estudantes com deficiência apresentam demandas educacionais ou de acessibilidade que exigem o CIA a contratar estudantes apoiadores.

Além do PAAED, o CIA tem outros trabalhos organizados e atuantes para implementar mudanças em três aspectos que consideramos desafiadores para a implantação de uma política de inclusão em qualquer instituição de ensino superior: a acessibilidade, as questões pedagógicas e as mudanças atitudinais. Pensando nestes desafios, o CIA criou grupos de trabalhos para poder atingir o que se espera nas atribuições do CIA conforme Resolução 34/2013. São quatro os grupos de trabalho (GT): GT de Acessibilidade pedagógica; GT de Acessibilidade Arquitetônica; GT de Acessibilidade Comunicacional, e o GT de Acessibilidade Atitudinal. Eles foram criados por meio da Resolução 09/2016 do Consuni e tem regimento próprio. Cada GT tem atribuições diferenciadas, são elas (art. 7, 8, 9, 10 da Resolução 9/2016 Consuni):

Compete ao GT de Acessibilidade Pedagógica as seguintes atribuições: I - Elaborar, acompanhar e avaliar as ações pedagógicas desenvolvidas junto aos estudantes com deficiência da UFPB; II - Assessorar os professores e pessoal técnico administrativo, quando solicitado, nas questões relativas à acessibilidade pedagógica relativa às atividades de natureza acadêmica; III - Planejar e realizar reuniões periódicas com os estudantes assistidos pelos Programas criados e/ou supervisionados pelo CIA; IV - Participar dos processos seletivos realizados sob responsabilidade do CIA, a exemplo do Programa Estudante Apoiador; V - Organizar, promover e estimular a realização de pesquisas na área da inclusão e acessibilidade pedagógica, a fim de subsidiar as ações inclusivas da UFPB; VI - Promover espaços e momentos educativos para a comunidade acadêmica, articulando ações que integrem os diferentes centros e campi em prol da construção de uma cultura de inclusão; VII - Criar espaços e veículos para difusão das pesquisas realizadas na área da inclusão e da acessibilidade na UFPB; VIII - Elaborar material informativo para a comunidade acadêmica da UFPB, que contemple as necessidades e dificuldades relativas à inclusão e acessibilidade.

Compete ao GT de Acessibilidade Atitudinal as seguintes atribuições: I - Contribuir para a sensibilização da comunidade universitária quanto às pessoas com deficiência; II - Identificar e aplicar dinâmicas a serem ministradas em salas de aula, eventos e demais ambientes da UFPB, objetivando a sensibilização para a deficiência das pessoas; III - Elaborar material com informação sobre formas corretas e eficazes de atuação para apoio às pessoas com deficiência.

Compete ao GT de Acessibilidade Comunicacional as seguintes atribuições: I - Divulgar todas as ações, projetos e iniciativas propostos pelo CIA e pelos GTs; II - Cuidar da manutenção das ferramentas de comunicação do CIA, a exemplo de páginas web, canais de redes sociais e divulgações nas mídias; III - Divulgar produtos criados pelo CIA, a exemplo de folders, cartilhas, peças de apoio à acessibilidade, campanhas, eventos e quaisquer outras iniciativas do CIA; IV - Planejar e executar, conjuntamente com o CIA, ações de comunicação e acessibilidade, como cursos, campanhas, projetos e outros, voltados à comunidade universitária; V - Contribuir para tornar acessíveis os sistemas de informação e comunicação na UFPB.

Compete ao GT de Acessibilidade Arquitetônica as seguintes atribuições: I - Realizar periodicamente coleta e análise de dados referentes à estrutura de cada campus, a fim de se entender as condições de inclusão e acessibilidade da UFPB; II - Colaborar para a difusão dos conceitos de inclusão e acessibilidade na UFPB no sentido de atender a legislação vigente e a premissa de uma universidade mais inclusiva; III - Assessorar o CIA, quando solicitado, nas questões relativas à acessibilidade Arquitetônica na UFPB; IV - Desenvolver pesquisas e projetos a fim de solucionar problemas arquitetônicos e de design, tendo em vista a melhoria das condições de inclusão e acessibilidade dos campi da UFPB.

Para ser coordenador de cada GT, a presidência do CIA faz a indicação, conforme o perfil e as demandas de cada GT, considerando-se que o coordenador deve

ser servidor do quadro de efetivos da UFPB. Os demais membros podem ser estudantes, professores e servidores que demonstrem interesse nos trabalhos de cada GT. A ideia é que em todos os campi possam ter ações dos diferentes GT, desenvolvidas pelas Subsedes do CIA. Como Polia (2017) aponta: um dos maiores desafios para a manutenção do GTs é que as funções dos mesmos não são consideradas nem como atividades extracurriculares e nem para progressão funcional de servidores. Sendo assim, muitos dos coordenadores e/ou participantes são militantes da causa de inclusão e querem fazer o melhor para favorecer a inclusão universitária.

Após a caracterização do CIA, fazem-se necessárias a apresentação de suas conquistas e seus desafios durante 2013 a 2017. Para isto, utilizou-se dos diferentes relatórios de trabalho e do CIA publicados na página do CIA, no site da UFPB, lotado no link <http://www.ufpb.br/cia>. Neste endereço eletrônico encontram-se várias informações sobre o CIA, dentre eles: números de atendimentos, relatórios de GTs, relatórios de Subsedes, editais do PAAED, manuais de orientação para atendimento às pessoas com deficiência, além de artigos científicos na área. Especificamente sobre o número de atendimentos da UFPB, podemos analisar que houve um crescimento significativo nas matrículas de estudantes com deficiência. Após a criação do CIA, nota-se um aumento significativo de estudantes com deficiência, esses dados afirma o quão importante foi a criação do CIA, visto que, possibilitou aos estudantes com deficiência a sua permanência no ensino superior.

O estudante apoiador (EA) possui diversos papéis a serem desenvolvidos para o estudante com deficiência e/ou com NEE como já foi descrito anteriormente; sendo a sua atuação principal a de garantir o acesso ao currículo escolar por meio de orientações de estudos individualizados e explicações sobre o conhecimento em estudo, além de preparação de materiais acessíveis aos seus apoiados. Abaixo apresentamos os dados de crescimento dos estudantes apoiados e apoiadores nos diferentes campi (tabela 1, 2, 3 e 4), respectivamente nos anos de 2014, 2015 e 2016. Para o ano de 2017 não foram encontrados os dados no site do CIA.

Tabela 1: Números de alunos apoiados e apoiadores nos campus I

CAMPUS I	2014	2015	2016
Estudantes apoiados	25	64	95
Estudantes apoiadores	31	80	149

Fonte: CIA, Relatórios dos apoiados e apoiadores, 2014, 2015, 2016

Disponível na página: <http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/quantidade-de-estudantes-assistidos-nas-aco-es-desenvolvidas-pela-prape-cia-1.pdf/view>.

Tabela 2: números de alunos apoiados e apoiadores do campus II

CAMPUS II	2014	2015	2016
Estudantes apoiados	2	6	8
Estudantes apoiadores	3	11	13

Fonte: CIA, Relatórios dos apoiados e apoiadores, 2014, 2015, 2016

Disponível na página: <http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/quantidade-de-estudantes-assistidos-nas-aco-es-desenvolvidas-pela-prape-cia-1.pdf/view>.

Tabela 3: números de alunos apoiados e apoiadores do campus III

CAMPUS III	2014	2015	2016
Estudantes apoiados	1	7	15
Estudantes apoiadores	1	13	24

Fonte: CIA, Relatórios dos apoiados e apoiadores, 2014, 2015, 2016

Disponível na página: <http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/quantidade-de-estudantes-assistidos-nas-aco-es-desenvolvidas-pela-prape-cia-1.pdf/view>.

Tabela 4: números de alunos apoiados e apoiadores do campus IV

CAMPUS IV	2014	2015	2016
Estudantes apoiados	1	2	4
Estudantes apoiadores	1	4	10

Fonte: CIA, Relatórios dos apoiados e apoiadores, 2014, 2015, 2016

Disponível na página: <http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/quantidade-de-estudantes-assistidos-nas-aco-es-desenvolvidas-pela-prape-cia-1.pdf/view>.

Os dados das Tabelas acima mostram que os números de estudantes apoiados e de apoiadores cresceram anualmente, apesar desse crescimento o número de universitários com deficiência ou NEE ainda é pequeno em relação ao número de universitários presentes na universidade. No Campus I, de 2014 a 2016 teve um crescimento no número de estudantes apoiados de 380 % e de estudantes apoiadores foi de 480%. No campus II, de 2014 a 2016 o crescimento foi de 400% para o registro de estudantes apoiados e de 433,3% no registro de estudantes apoiadores. No Campus III, durante os anos de 2014 a 2016 o total de estudantes apoiados cresceu foi de 1 para 15, o que significa 1500% e apoiadores foi de 1 para 24 estudantes. No Campus IV, durante os

ano de 2014 a 2016 o crescimento foi de 1 para 4 estudantes apoiados; e de 1 para 10 estudantes apoiadores. Os dados mostram também que o número de estudantes apoiadores é a maior que o número de alunos apoiados isso acontece porque dependendo da deficiência um universitário com NEE demanda de mais de um estudante apoiador devido as ações a serem realizadas. Como por exemplo, o estudante surdo/cego porque tem grande dependência do apoiador para ter direito a 2 ou mais estudantes apoiadores.

Especificamente sobre os estudos e a criação de ações inclusivas na UFPB, o Gts assume as responsabilidades em cada área específica que demanda a eliminação de barreiras, sejam elas arquitetônicas, pedagógicas, atitudinais ou comunicacionais. Sendo assim, descreveremos as ações destes Grupos de Trabalho, ao longo dos anos estudados durante esta pesquisa.

5. AS AÇÕES DOS GT DO CIA

Quanto aos trabalhos desenvolvidos pelos GTs, durante o período analisado cada GT atuou em áreas específicas para consolidar as ações do Cia, como está previsto nas atribuições conforme art.5º da Resolução 34/2013. Abaixo estão as ações por cada GT associado ao CIA.

5.1. As Ações do GT de Acessibilidade Pedagógica

As ações desenvolvidas pelo GT de Acessibilidade Pedagógica, grupo de trabalho que compõe o Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB, durante o ano de 2015 se integrou ao Grupo de Pesquisa sobre Educação, Inclusão e Respeito às diferenças a fim de dinamizar suas ações. No ano de 2015 foi avaliado que a greve dos professores foi um fato que atrapalhou a execução das atividades planejadas pelo GT de Acessibilidade Pedagógica, tendo em vista que inviabilizou as reuniões dos membros, principalmente os que vêm de outros campi e dependem de transporte, impossibilitou a realização da pesquisa articulada entre saúde e educação junto aos estudantes com deficiência e apoiadores (CIA, RELATÓRIOS, Grupo de Trabalho Pedagógico, 2015). Outro problema que houve durante a greve, foi que os estudantes pouco acessaram os *e-mails* e não estiveram disponíveis para colaborar com a pesquisa.

Houve a organização e realização do I Seminário sobre Políticas e Práticas Inclusivas. Os objetivos propostos foram alcançados na execução do evento. O evento

reuniu estudantes da UFPB, professores, representantes de ONGs e pessoas com deficiência (aproximadamente 100 pessoas).

O GT de Acessibilidade Pedagógica, grupo de trabalho que compõe o Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB, durante o ano de 2016 atuou de maneira integrada ao Grupo de Pesquisa sobre Educação, Inclusão e Respeito às diferenças, coordenado pela professora Sandra Santiago. Neste ano de 2016 o GT trabalhou bastante, principalmente, sobre a questão de conscientização e sensibilização na comunidade acadêmica. Dentre as ações realizadas destaca-se: a criação de grupos de comunicação via *wathasp*, visto que, possibilitou uma maior aproximação entre o GT; a entrada de voluntários no GT; a realização de palestras sobre inclusão e acessibilidade (CIA, RELATÓRIOS, Grupo de Trabalho Pedagógico, 2016).

As ações desenvolvidas pelo GT Acessibilidade Pedagógica durante o ano de 2017 atendeu algumas demandas solicitadas. Dentre estas demandas podemos citar o caso de uma estudante com deficiência visual do curso de Psicopedagogia e uma estudante cega do curso de Terapia Ocupacional; dois estudantes com TDAH (sendo um do curso de Ciências Contábeis e o outro de Matemática Computacional); um estudante surdo de licenciatura em Matemática; uma estudante surda do curso de Pedagogia e um estudante surdo-cego da Pedagogia. Para todos estes casos foram desenvolvidas ações que pudessem atender a necessidade de cada universitário. É importante considerar que o GT Acessibilidade Pedagógica enfrenta dificuldades como por exemplo, a falta de literatura, pois nem sempre é possível encontrar nas literaturas sugestões que auxiliem no atendimento aos estudantes com deficiência e a falta de profissionais de diferentes áreas. Mesmo diante das dificuldades o GT Acessibilidade Pedagógica busca solucionar os casos que chegam, pois promover a inclusão é a meta (CIA, RELATÓRIOS, Grupo de Trabalho Pedagógico, 2017).

O Grupo de Trabalho de Acessibilidade Pedagógica, no período de 2013-2017, atendeu algumas solicitações que chegaram ao CIA, também realizaram eventos como por exemplo, I Seminário sobre Políticas e Práticas Inclusivas, trabalharam sobre a questão de conscientização e sensibilização na comunidade acadêmica, como aponta na resolução 34/2013 do Cosuni:

Compete ao GT de Acessibilidade Pedagógica as seguintes atribuições: I - Elaborar, acompanhar e avaliar as ações pedagógicas desenvolvidas junto aos estudantes com deficiência da UFPB; II - Assessorar os professores e pessoal

técnico administrativo, quando solicitado, nas questões relativas à acessibilidade pedagógica relativa às atividades de natureza acadêmica.

5.2. As Ações do GT de Acessibilidade Arquitetônico

O Grupo de Trabalho de Acessibilidade Arquitetônico durante o ano de 2014, priorizou três ações, foram elas: proposição de projeto para novo espaço sede do comitê de inclusão e acessibilidade- espaço acessível; elaboração do material de orientação e mobilidade da UFPB e elaboração de retrato das condições de acessibilidade dos Campi da UFPB. A Prefeitura Universitária que ficou com a responsabilidade sobre essas ações. O objetivo geral foi montar um retrato das condições de acessibilidade dos Campi da Universidade Federal da Paraíba que são: Campus I, na cidade de João Pessoa, o núcleo de Direito em Santa Rita, o Campus II, na cidade de Areia, o Campus III, na cidade de Bananeiras, o Campus IV, Nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto e o Campus V em Mangabeira. Também foi feito um levantamento bibliográfico para reunir temas envolvendo à acessibilidade, levantamento de dados através de projetos, mapas e em campo, para se ter um conhecimento geral dos campi, também foi feito análise dos dados recolhidos apontando os principais problemas. Os Campi I, II, III, IV e V foram encontrados problemas de acessibilidade. Para o ano de 2015, o GT-Arquitetônico apontou os Campi de Areia e Bananeiras a ser realizado um diagnóstico mais aprofundado, visto que apresentaram mais pontos críticos em relação aos demais (CIA, RELATÓRIOS, Grupo de Trabalho Arquitetônico, 2014).

Sobre o Campus II, em Areia, O GT Pedagógico, coordenado pela prof^a Dra. Ana Cristina Silva Daxenberger, elaborou o relatório técnico sobre as condições de acessibilidade de diferentes áreas do campus, entre eles, diferentes departamentos, prédio central de aulas, laboratórios, auditório e Restaurante universitário. O que apontou que há necessidade de reformar em diferentes áreas do campus II, mesmo tendo prédios novos que foram construídos dentro do período que já existia a ABNT 9050/2015 (CIA, Relatório técnico da Subsede Areia, 2015).

O Grupo de Trabalho de Acessibilidade Arquitetônico durante o ano de 2017, buscou aprimorar o projeto “Caminho Livre”, visto que, as informações na *web* sobre geolocalização eram poucas. Sendo assim, foi desenvolvido um sistema de *web* de

código aberto, possibilitando assim a criação de mapas georeferenciados, identificando sobre a presença ou ausência de acessibilidade. Desta forma, é possível que pessoas com necessidades especiais tenham acesso. No início esse sistema *web* de código aberto ficou disponível para o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPB, posteriormente o objetivo da equipe envolvida seria expandir a solução para toda a UFPB (CIA, RELATÓRIOS, Grupo de Trabalho Arquitetônico, 2017).

O Grupo de Trabalho de Acessibilidade Arquitetônico apontou que em todos os campi (I, II, III, IV e V) foram encontrados problemas de acessibilidade. Também desenvolveram um sistema de *web* de código aberto, para identificação sobre a presença ou ausência de acessibilidade. Como aponta na resolução 34/2013 do Cosuni, a atuação do GT arquitetônico trabalha como está previsto, mas ainda encontra dificultadores para melhoria nos aspectos específicos de eliminação de barreiras. Assim está previsto (Resolução 34/2013):

Compete ao GT de Acessibilidade Arquitetônica as seguintes atribuições: IV - Desenvolver pesquisas e projetos a fim de solucionar problemas arquitetônicos e de design, tendo em vista a melhoria das condições de inclusão e acessibilidade dos campi da UFPB.

5.3. As Ações do Grupo de Trabalho de Comunicação

O Grupo de Trabalho de Comunicação durante o ano de 2017 intensificou a comunicação utilizando dos recursos da divulgação dos serviços, projetos, editais, eventos, folders e campanhas promovidas pelo CIA, com a finalidade de manter a comunidade informada do que é feito na UFPB. Neste mesmo ano foram instalados programas assistivos para deficientes visuais nos computadores, na Biblioteca Central, nas setoriais e nos laboratórios de informática da universidade. O GT de Acessibilidade de Comunicação também ressaltou a importância de manter as pessoas informadas sobre a pessoa com deficiência. Utilizou também os recursos de reportagens, notas e notícias, todas disponíveis na plataforma do *facebook* da UFPB. O resultado das postagens na página foi aumentando gradativamente à medida que era compartilhado histórias de superação, matérias explicando sobre síndromes, transtornos e deficiência (CIA, RELATÓRIOS, Grupo de Trabalho de Comunicação, 2017).

O Grupo de Trabalho de Acessibilidade de Comunicação intensificou a comunicação, visto que, quanto mais utilizar dos recursos da divulgação dos serviços,

projetos, eventos, entre outros, mantendo sempre informações do que é feito na UFPB. Como aponta na resolução 34/2013 do Cosuni:

Compete ao GT de Acessibilidade Comunicacional as seguintes atribuições: I - Divulgar todas as ações, projetos e iniciativas propostos pelo CIA e pelos GTs; V - Contribuir para tornar acessíveis os sistemas de informação e comunicação na UFPB.

As postagens com maior interação do público durante o ano de 2017, se deu pela mobilização para aquisição de dinheiro para a compra de uma cadeira de rodas para uma universitária que não tinha condições de adquiri-la. Tal postagem teve o alcance superior de 4.000 mil pessoas. A postagem do edital de seleção para aluno apoiador que alcançou quase 5.000 mil pessoas e a postagem do edital para seleção de estagiários para o CIA que alcançou quase 4.000 mil pessoas. Neste mesmo ano no mês de setembro foi comemorado o dia da Pessoa com Deficiência e o CIA decidiu fazer ações durante todo o mês, envolvendo ações comunicacionais, pedagógicas, arquitetônicas e atitudinais por toda a UFPB. Tudo que foi realizado está registrado e divulgado na página do *facebook* do CIA. (CIA, RELATÓRIOS, Grupo de Trabalho de Comunicação, 2017).

5.4. As ações do Grupo de Trabalho de Acessibilidade Atitudinal

No site do CIA não foram encontrados relatórios do GT atitudinal para que pudéssemos descrever as ações e avaliar. O que impossibilitou-nos de trazer a descrição das ações. Isto, não significa que não houve ações, mas como não há relatórios, não podemos afirmar que as ações deste GT estavam dentro do que se aponta da resolução 34/2013 do Consuni.

É necessário, ainda, apontar as ações do CIA por meio das parcerias e laboratórios de apoios. São parcerias interdepartamental e interinstitucional com atendimentos especializados nas áreas psicológicas, fonoaudióloga, terapêutica ocupacional e outras parcerias. Conforme Polia, (2018) descreve são elas: o Lavita (Laboratório de Tecnologia Assistiva do Departamento de Terapia Ocupacional) fica responsável de receber os encaminhamentos de tecnologia assistiva e/ou adaptar mobiliários e outros equipamentos de uso cotidiano; o Lacesse (Laboratório de Acessibilidade do Departamento de Arquitetura) é quem auxilia no mapeamento da

acessibilidade arquitetônica de todos os campi, desenvolvendo pesquisas acadêmicas nessa área de atuação.

O que podemos constatar, é que ao longo de 2013 a 2017, as ações do CIA tem se consolidado, em busca de garantir o melhor atendimento aos estudantes com deficiência e NEE. Para podermos avaliar como estão sendo feitos os atendimentos e ações do Programa Estudante Apoiador, é necessário uma pesquisa de campo com entrevistas com os atores do PEA: estudantes apoiados e apoiadores. Sendo está uma lacuna a qual não tivemos aqui a intenção de avaliar e discutir devido ao objeto de estudos para esta pesquisa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do tempo a pessoa com deficiência e/ou com NEE tem ganhando, cada vez mais, seu espaço na área da educação, trabalho e lazer. A universidade é um exemplo de espaço que vem tentando adaptar-se as normas básicas das políticas públicas de inclusão. Por meio deste estudo documental, percebemos o quão é importante as ações que o CIA ao desenvolver suas ações seja por meio do PAAED ou por meio dos Grupos de Trabalhos (Pedagógico, Comunicacional, Atitudinal e Arquitetônico), para promover a inclusão.

A coletividade é outro ponto a se considerar no processo da inclusão, visto que, vivemos em sociedade, onde todos somos sujeitos de direitos e precisamos ter oportunidades. Manter o respeito às diferenças e possibilitar a formação cidadã dos universitários é também responsabilidade das IES, e podemos constatar que a UFPB tem conseguido fazer suas ações de fortalecimento para a construção de uma instituição mais inclusiva, mesmo tendo desafios a serem enfrentados, entre eles, o mais presente o arquitetônico.

Pensar em inclusão universitária é acreditar em uma utopia possível e que exige a responsabilidade social de todos os seus membros, sejam eles professores, gestores, servidores técnicos e estudantes. Estar na universidade e se formar em um curso superior é possível se houver posicionamento político das IES.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/biblioteca/pessoa-com-deficiencia/acessibilidade-a-edificacoes-mobiliario-espacos-e-equipamentos-urbanos/>>. Acesso em: 28 de agosto de 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, **que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica**, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasil: Diário Oficial da União. Recuperado: 26 fevereiro 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 13 de setembro de 2019.

BRASIL. Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 15 de setembro de 2019.

BRASIL. Decreto nº 6094 de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 13 de setembro de 2019.

BRASIL. Decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/D7234.htm>. Acesso em: 13 de setembro de 2019.

BRASIL. Decreto nº 7611 de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 13 de setembro de 2019.

BRASIL. (2008). **Diário Oficial da União**, Seção 3, de 5 de maio de 2008. Brasília - DF. Recuperado: 21 mar. 2015. Disponível: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2008/05/05>>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

BRASIL. Lei nº 13409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, **para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm>. Acesso em 13/09/2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasil: Diário Oficial da União. Recuperado: 17 mar. 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm > Acesso em: 10 de setembro de 2019.

BRASIL. Lei nº 10436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 15 de setembro de 2019.

BRASIL. Lei nº 13146 de 06 julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 13 de setembro de 2019.

BRASIL. Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999. **Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.** Recuperado: 2 mar. 2015. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

BRASIL. Portaria nº 1793 de 16 de dezembro de 1994. **Integração da pessoa portadora de necessidades especiais.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>>. Acesso em 28 de agosto de 2019.

BRASIL. Portaria nº 3284, de 7 de novembro de 2003. **Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.** Recuperado: 23 mar. 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

BRASIL. Portaria do MEC nº 2678 de 24 de setembro de 2002. **Aprova o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e recomenda o seu uso em todo o território nacional.** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3494-portaria-mec-n%C2%BA-2678-de-24-de-setembro-de-2002>>. Acesso em: 08 de setembro de 2019.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº2 de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 13 de setembro de 2019.

BRASIL. MEC/SEESP/GAB nº6 de 08 de setembro de 2010. **Profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino.** Disponível em: <<http://inclusaoja.com.br/2011/06/03/profissionais-de-apoio-para-alunos-com-deficiencia-e-tgd-matriculados-nas-escolas-comuns-nota-tecnica-192010-mecseesp-gab>>. Acesso em: 08 de setembro de 2019.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 9 de 8 de maio de 2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>>. Acesso em: 13 de setembro de 2019.

BRASIL. Parecer CNE/CBE nº 17 de 03 de julho de 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/parecer17.pdf>>. Acesso em: 13 de setembro de 2019.

CAVALCANTE, M.S.S, DAXENBERGER, A.C.S. A importância do aluno apoiador na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior. *In*: Daxenberger, Ana Cristina. S.(Org.). Polia, Andreza Aparecida. (Org.). **Inclusão do discurso às práticas educacionais.** Ed. Appris. 2018. p.

Censo Universitário. INEP, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 28 de agosto de 2019.

CIA. **Relatório final das Atividades do Grupo de Acessibilidade Arquitetônica referente ao ano letivo de 2014.** João Pessoa, CIA. UFPB, 2014. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/cia-gtaa-apresentacao-final.pdf/view>>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

CIA. **Relatório final do GT de Acessibilidade Arquitetônica 2017.** João Pessoa, CIA. UFPB, 2017. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/relatorio-final-do-gt-de-acessibilidade-arquitetonica-2017.pdf/view>>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

CIA. **Relatório dos apoiados e apoiadores 2016.** João Pessoa, CIA, UFPB, 2016. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/quantidade-de-estudantes-assistidos-nas-acoes-desenvolvidas-pela-prape-cia-1.pdf/view>>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

CIA. **Relatório final das Atividades do GT de Comunicação 2017.** João Pessoa, CIA, UFPB, 2017. Disponível em <<http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/relatorio-final-das-atividades-do-gt-de-comunicacao-2017.pdf/view>>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

CIA. **Relatório do GT de Acessibilidade Pedagógica referente ao ano de 2015.** João Pessoa, CIA, UFPB, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/relatorio-do-gt-de-acessibilidade-pedagogica-referente-ao-ano-2015.pdf/view>>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

CIA. **Relatório do GT de Acessibilidade Pedagógica referente ao ano de 2016.** João Pessoa, CIA, UFPB, 2016. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/relatorio-do-gt-de-acessibilidade-pedagogica-referente-as-acoes-em-2016.pdf/view>>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

CIA. **Relatório do GT de Acessibilidade Pedagógica Campus I 2017**. João Pessoa, CIA, UFPB, 2017. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/relatorio-final-do-gt-de-acessibilidade-pedagogica-campus-i-2017.pdf/view>>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

Declaração de Guatemala. **Sobre discriminação contra pessoas portadoras de deficiência**. Guatemala, 1999. Disponível em: <<http://www.faders.rs.gov.br/legislacao/6/29>>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos. **Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Tailândia, 1990. Disponível em: <<https://16minionuunesco2015.wordpress.com/2015/09/27/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos/>>. Acesso em 03 de setembro de 2019.

Declaração de Salamanca. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Espanha, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 03 de setembro de 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo**, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 29 de agosto de 2019.

Leite, L.P.; Martins, S.E.S.O. (2012). **Fundamentos e estratégias pedagógicas inclusivas: respostas às diferenças na escola**. São Paulo: Editora UNESP.

Ministério da Educação. **Censo**, 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32044-censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 28 de agosto de 2019.

ONU. **Resolução ONU n° 78/95**, 13 de dezembro de 2006.

POLIA, A.A. O Comitê de Inclusão e Acessibilidade da Universidade Federal da Paraíba sob o olhar de uma gestão. In: DAXENBERGER, A.C.S.; POLIA, A.A. **Inclusão: do discurso às práticas educacionais**. Curitiba-1ed. Appris, 2018. p. 17-27.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

UFPB. Resolução 09/2016 de 26 de novembro de 2013. **Aprova o Regimento Interno do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da Universidade Federal da Paraíba, criado pela Resolução Consuni UFPB n° 34 de 26/11/2013**. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/resolucao-no9-do-consuni-2016-regimento-interno-co-cia.pdf>>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

UFPB. Resolução 16/2015 de 14 de abril de 2015. **Aprova o Regulamento dos + Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal da Paraíba**. Disponível em: <<http://www.ct.ufpb.br/cceq/contents/documentos/resolucao-16-2015.pdf/view>>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

UFPB. Resolução 34/2013 de 26 de novembro de 2013. **Comitê De Inclusão e Acessibilidade.** Disponível em:

<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/comite-de-inclusao-e-acessibilidade-historico-e-perspectivas-2017.pdf>>.

Acesso em: 10 de setembro de 2019.